

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 116/ 2016



AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

PROTÓCOLO
Divisão das Comissões
Proj. de Lei nº _____
Proj. de Lei Comp. nº 879/2016
Resolução _____
Decreto Legislativo _____
Emenda _____
Data 08/12/16 Horário 9:00hs

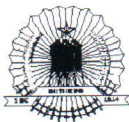
Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, o Projeto de Lei em anexo, que "Cria emprego público de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE, contratados na forma do artigo 198, § 4º da Constituição Federal".

O presente Projeto de Lei, tem por objetivo atender os Agente Comunitário de Saúde - ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE atingidos pela decisão proferida na ADI nº 0004583-88.2013.822.0000, contratos na forma do artigo 198, § 4º e amparados pelo parágrafo único do art. 2º da EC nº 51/2006 da Constituição Federal.

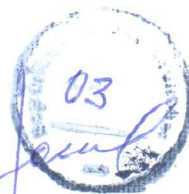
Portanto, de acordo com a Emenda Constituição nº 51, após a sua promulgação, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Municípios por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, entretanto a emenda também estabelece que todos aqueles que na data da promulgação da emenda estivessem desempenhando a atividade de agente comunitário de saúde, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado por órgãos ou ente da administração direta ou indireta ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos Entes da federação.

RECEBIDO
EM: 08/12/16

Assinatura ou Carimbo
Alceni 10.04



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



Sendo assim Nobres Vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no art. 66 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, ao tempo em que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho – RO, 06 de Dezembro de 2016.

MAURO NAZIF RASUL
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. nº 879/2016

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 08/12/16 Horário 9:00h.

"Cria emprego público de Agente Comunitário de Saúde - ACS e Agente de Combate às Endemias - ACE, contratados na forma do artigo 198, §4º da Constituição Federal."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 65, §1º, I, e 87, III, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR :

Art. 1º. Ficam criados os Empregos Públicos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE, para serem ocupados exclusivamente pelas pessoas atingidas pela decisão proferida na ADI nº 0004583-88.2013.822.0000, contratados na forma do artigo 198, §4º e amparados pelo parágrafo único do art. 2º da EC nº 51/2006 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O quantitativo dos Empregos Públicos criados no *caput* deste artigo e a Remuneração/Salário dos Empregos Públicos obedecerão ao disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º. Os empregos públicos criados por esta Lei serão regidos exclusivamente pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, não se lhes aplicando vantagens concedidas por outro estatuto, ainda que assegurada a mesma categoria.

Parágrafo único. Para fins previdenciários o regime aplicável é o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 3º. A carga horária essa será de 08 (oito) horas diárias e com jornada de trabalho de 40 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 4º. Ao vagarem os empregos criados por esta Lei serão extintos por Decreto do Poder Executivo.



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO



Art. 6º. A despesa com a execução desta Lei, será arcado por meio do orçamento previsto na lei orçamentária anual vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO



ANEXO ÚNICO

Emprego	Quantidade	C.Horária	Salário Mensal
ACE	27	8/40	R\$ 2.350,00
ACS	19	8/40	R\$ 1.800,00